

Crise política não deve afetar acordo com FMI

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — A continuação do programa de abertura e modernização econômica iniciado pelo presidente Fernando Collor depende de seu pronto afastamento da Presidência. Foi essa, em sua essência, a mensagem que o senador opositorista José Fogaça (PMDB-RS) transmitiu aos dirigentes dos organismos financeiros internacionais e aos banqueiros com quem conversou em Washington nos últimos dias. Diplomático, Fogaça procurou deixar claro esse ponto descrevendo os desdobramentos políticos possíveis de uma vitória de Collor na questão do impeachment.

Antes da crise, o presidente Collor já não tinha base política para implantar a reforma fiscal, segundo o senador. "Agora, o que era improvável tornou-se rigorosamente impossível". Com a continuação do impasse, "não haverá como construir o consenso necessário para adotar as medidas dolorosas que o País terá de executar por um longo período para estabilizar a economia", disse ele.

O parlamentar gaúcho, que participou ontem do encontro do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, elogiou o acordo e a equipe econômica e disse que não prevê dificuldades na sua aprovação. "O tratamento da dívida externa não poderá ser muito diferente", afirmou. Em seguida, Fogaça chamou a atenção para o significado do acordo para um País que "viveu os últimos anos às turras com os credores e acabou se isolando". Para ele, a reintegração do Brasil na comunidade financeira internacional não é uma questão eventual de um ou outro governo. "É uma questão do interesse nacional".

A execução do acordo passa, necessariamente, pela retomada efetiva do programa de ajustamento econômico com o FMI no primeiro semestre de 1993. Embora tecnicamente em vigor, o acordo está suspenso porque o governo não cumpriu as metas do primeiro semestre e não está, agora, em condições de renegociar os objetivos do programa.